

# SERRA-PILAR

6 março 2016 | ano 41 | Quaresma, 4º Domingo | 1948



## pregão quaresmal

## **Pega na mochila, calça-te, abandona o supérfluo,**

prepara o coração, sai à rua, faz-te encontradiço,  
cria laços e permite-te atuar. Prepara tudo o necessário  
para que o teu coração permaneça aberto à novidade,  
a examinar-se, a renovar-se, a reciclar-se,  
à conversão profunda, a deixar-se transformar por Deus.

É tempo de quaresma.

É tempo de vivermos como batizados  
o caminho para a Páscoa.

Um caminho precioso e ao mesmo tempo complexo,  
uma oportunidade para viver o deserto  
e no deserto descobrirmos um pouco mais  
e descobrirmos um pouco mais o Deus de Jesus.

É tempo de quaresma.

É tempo de nos pormos à escuta  
do que nos segreda o Espírito de Deus,  
é tempo de escutar e de escutar-nos,  
de auscultar o que se move dentro de nós,  
de tomarmos consciência do palpito pessoal,  
da própria paixão, do próprio cansaço,  
da própria esperança  
e de nos descobrirmos ainda com possibilidades  
de sermos mais nós próprios,  
mais de Deus, mais para os outros.

É tempo de quaresma. Escuta-te!

É tempo de buscar e de nos buscarmos,  
de discernir onde estamos, que queremos, como estamos.  
E também é tempo de buscarmos  
o que Deus quer de nós,

neste momento, nestas circunstâncias,  
neste mundo e nesta nossa Igreja.  
É tempo de quaresma: Busca-te!  
É tempo de conversão,  
de mudança profunda,  
de esquecer o velho que nos habita  
e habitar a novidade que nos vem do Senhor da misericórdia.  
É o momento favorável à prática  
do perdão e da reconciliação,  
de nos deixarmos acolher e abraçar,  
perdoar e pacificar, curar e abençoar por Deus.  
É tempo de quaresma. Converte-te!  
É tempo propício ao perdão,  
de o oferecer e aceitar, de o pedir e conceder,  
de o saborear internamente e de outorgá-lo com misericórdia.  
É tempo de nos sentirmos perdoados  
pelo Deus da ternura,  
é tempo de perdoar e de nos perdoarmos.  
É tempo de oportunidades.  
É tempo de quaresma. Perdoa-te!  
É tempo de renascer, de nos reinvestirmos,  
de sermos mais nós mesmos,  
de nos descobrirmos amados, incondicionalmente, por Deus,  
de sermos e de nos deixarmos ser, de reiniciar o nosso coração  
e algumas tarefas esquecidas, de experimentar viver mais felizes  
fazendo mais felizes os outros.  
É tempo de quaresma. Reinicia-te!  
Feliz tempo de preparação. Feliz quaresma!

**José Antonio Pagola**

# Jubileu e indulgência

"Já não tem sentido falar da punição do pecado no mesmo instante em que se fala da misericórdia divina que “acolhe e perdoa, esquecendo completamente o pecado cometido”. As consequências do pecado, como todos os processos vitais, requerem tempo para ser superadas. Dedicar-se às práticas jubilares significa multiplicar as ocasiões para acolher e exprimir a oferta de graça que cura e desenvolve capacidades novas de vida através do seu exercício", escreve CARLO MOLARI, teólogo italiano, em artigo publicado por *Rocca*, em 15-01-2016.

As modalidades escolhidas pelo Papa Francisco para realizar o **ANO SANTO DA MISERICÓRDIA** ainda são motivo de discussão, não só em âmbito católico. Alguns censuram ao Papa Francisco uma linguagem inédita em ordem à prática das indulgências. Sandro Magister, por exemplo, no seu blogue *Chiesaespresso.it* de 19 de dezembro, escreveu: “o Jubileu é por sua natureza tempo de ‘indulgências’. No entanto, o Papa Francisco evitou acuradamente, até aqui, pronunciar esta palavra. Não a pronunciou nem quando abriu a primeira porta santa de Bangui, na República Centro-africana, nem quando abriu a porta santa da Basílica de São Pedro, no dia 8 de dezembro, dia do início oficial do jubileu, nem quando a abriu em São João de Latrão, a catedral de Roma. E sequer a pronunciou nas duas catequese de quarta-feira que até agora dedicou a explicar este ano santo... A novidade do ano santo proclamado pelo Papa Bergoglio é que este é o primeiro jubileu da história que não considera tal doutrina e disciplina, para não projetar a mínima sombra sobre a verdade prioritária da misericórdia”.

Na realidade, nos documentos publicados, o Papa Francisco jamais utilizou o termo indulgência no sentido de “remissão das penas temporais do pecado”, que ainda se encontra no **Catecismo da Igreja Católica** (1992) e que reassume a doutrina sobre as indulgências reformulada por Paulo VI na *Indulgentiarum doctrina* (1 de janeiro de 1967) e que foi reproposta pela Penitenciaria Apostólica também no Jubileu de 2000. Creio que isto seja um título de mérito para o Papa Francisco, que de tal modo solicita à teologia e a toda a Igreja a renovação a linguagem. Ele já não se refere às penas do pecado e, sim, às suas consequências vitais, e deseja que “o Jubileu seja esperança viva da proximidade do Pai, quase a querer tocar com a mão a sua ternura, para que a fé de todo o que crê se revigore e assim o testemunho se torne sempre mais eficaz”, desejando que “a indulgência jubilar chegue a cada um como genuína experiência da misericórdia de Deus, a qual vai ao encontro de todos com a fisionomia do Pai que acolhe e perdoa, esquecendo completamente o pecado cometido” (*Carta a Mons. Rino Fisichella sobre as práticas jubilares*, de 1 de setembro de 2015).

Infelizmente, neste último documento, o Papa é constrangido a retomar algumas fórmulas que refletem o uso jurídico do termo e que não se harmonizam

facilmente com o modelo escolhido. Como quando fala das práticas (passar pela porta santa, formular algumas preces) necessárias para “obter a indulgência jubilar” ou quando apresenta “a indulgência jubilar plena” como “fruto do próprio evento que é celebrado e vivido com fé, esperança e caridade”. Sobretudo, quando depois afirma que “a **indulgência jubilar**... pode ser obtida também por quantos são defuntos”, enquanto é a tempo que os teólogos consideram sem certo fundamento esta extensão do poder eclesial.

Não faltaram, por isso, algumas críticas também do lado protestante. A 14 de dezembro passado, por exemplo, o pastor valdense Claudio Pasquet, membro do comité para a evangelização, constituída pelo recente **Sínodo Valdense-Methodista**, na revista **Reforma**, pôs à luz a ambiguidade teológica da prática jubilar. Ele iniciou a partir de um inserto de muitas páginas da Imprensa de Turim que, a oito de dezembro, relatou de modo detalhado as instruções para “obter a indulgência”.

Num pequeno artigo com o título “1517”, o quotidiano turinense também recordava a ira de **LUTERO** “**porque as indulgências eram vendidas por dinheiro**”, e com complacência acrescentava que este aspeto é hoje superado porque não é requerido dinheiro.

O pastor Pasquet recordou que a oposição de Lutero à prática das indulgências não considerava tanto o aspeto económico quanto a presunção da estrutura eclesial de gerir a graça. Ele escreveu: “não é questão de dinheiro, mas de fé! A **Reforma**, referindo-se ao tema da salvação divina gratuita, ousou afirmar, e fá-lo ainda hoje, que a igreja só tem uma função: anunciar a misericórdia de Deus em Cristo. Anunciar e não gerir, pregar e não mediar, dizer que Cristo é a porta santa e não há outras e que a única peregrinação que nos é requerida é aquela de ir a Cristo com o coração e com a mente. Numa palavra, ter confiança Nele e a Ele confiar-se: esta é a fé, a qual nos permitirá também realizar tantas obras boas”.

### **“Ministros de reconciliação” – novos modelos**

Sobre este ponto ainda há alguns aspetos a aprofundar. Em particular, é preciso ter presente a nova interpretação teológica das dinâmicas redentoras.

No **tempo de Lutero** e até ao século passado, tanto em âmbito católico como no protestante, a redenção era interpretada como a oferta feita por Cristo a Deus como reparação e satisfação de todos os pecados humanos (de Cristo a Deus). A teologia falava dos méritos de Cristo, ou seja, do direito à glória, adquirido através do sofrimento. A estes se acrescentavam também os méritos dos santos, acumulados ao longo dos séculos da história cristã, os quais eram considerados como um depósito a utilizar em benefício de todos os fiéis.

Agora, ao invés, a teologia cristã desenvolve a reflexão soteriológica no sentido descendente, isto é, como a ação com a qual Deus em Cristo revela o seu amor misericordioso e comunica o seu Espírito. Na sua morte Jesus não ofereceu reparações ao Pai, mas continuou a amar ‘até ao fim’, invocando o perdão por

quem o matava. De tal modo, Jesus revelou o amor misericordioso do Pai, tornou eficaz na história a sua Palavra libertadora e infundiu o seu Espírito, dando início à nova fase da aliança, na qual se realizava a antiga profecia: “perdoarei a sua iniquidade e não recordarei mais o seu pecado” (Jeremias 31, 34).

Na perspectiva vital e histórica, o pecado é “uma diminuição para o próprio homem, impedindo-o de conseguir a própria plenitude” (GSP 13, EV 1, 1361). Os processos redentores desenvolvem-se no tempo e requerem tempo para serem realizados. As novas qualidades humanas que florescem na história têm um fundamento na ação divina que alimenta o processo da criação e, em particular, o desenvolvimento da espécie humana. A criatura humana, atuando, permite à ação criadora exprimir-se como força renovadora. A ação do Espírito põe-se em continuação com a ação criadora.

Criação e salvação são dois atos de um mesmo processo: a plenitude de vida é o resultado de um devir contínuo. Não é um ato novo, a redenção é o ato divino da criação que se desenvolve no tempo. O dom (a graça, a força criadora) deve, todavia, ser acolhido pela criatura e assim se torna atividade e perfeição humanas, tornando eficaz a história.

As obras de **misericórdia** sugeridas pelo Papa não são ocasião para merecer (adquirir o direito a) a graça, e, por conseguinte, não são sequer a remissão das penas temporais devidas aos pecados, mas são expressão concreta da graça acolhida, tradução humana da energia criadora acolhida. Elas representam os gestos com os quais aquele que crê faz florescer a ação de Deus e põe em circulação as suas dinâmicas na história humana.

Nesta perspectiva, anunciar um dom divino já é transmiti-lo. Não é possível: “pregar e não mediar”, anunciar de modo eficaz sem se tornar mediador. Acolher a misericórdia de Deus torna-nos misericordiosos, isto é, capazes de oferecer perdão aos irmãos. Neste sentido, **Paulo** podia dizer aos fiéis de **Corinto**: “tudo isto, no entanto, vem de Deus, que nos reconciliou consigo mediante Cristo e confiou-nos o ministério da reconciliação. Era Deus, de facto, que reconciliava consigo o mundo em Cristo, não imputando aos homens as suas culpas e confiando-nos a palavra de reconciliação” (2 Cor. 5,18-19).

Já não tem sentido falar da **punição do pecado** no mesmo instante em que se fala da misericórdia divina que “acolhe e perdoa, esquecendo completamente o pecado cometido”. As consequências do pecado, como todos os processos vitais, requerem tempo para ser superadas. Dedicar-se às práticas jubilares significa multiplicar as ocasiões para acolher e exprimir a oferta de graça que cura e desenvolve capacidades novas de vida através do seu exercício.

A modificação que a teologia operou não chegou, todavia, ao desenvolvimento completo nas suas aplicações concretas, porque muitas fórmulas permaneceram em uso pelo peso da tradição. O **ano jubilar** pode, pois, ser também a ocasião para reformular a doutrina relativa ao pecado enquanto impedimento da plenitude de vida (GSP 13) e da reconciliação como acolhimento atual dos dons de vida transcurados ou recusados no passado.

# Jubileu, a resposta de Francisco aos defensores do rigor.



Com o Jubileu, Francisco oferece uma hermenêutica da Misericórdia, que a Igreja, segundo as palavras inaugurais de Roncalli, usa como um medicamento que deve ser preferido às armas da severidade.

A opinião é de **ALBERTO MELLONI**, historiador da Igreja, professor da Universidade de Modena-Reggio Emilia e diretor da Fundação de Ciências Religiosas João XXIII de Bolonha. O artigo foi publicado no jornal *Corriere della Sera*, em 15-03-2015.

**DOIS ANOS APÓS A SUA ELEIÇÃO, SEMEANDO AS GENEROSAS** tentativas feitas por todos no mundo para encontrar um "projeto" do pontificado, Francisco continua a colocar no centro do seu governo a sua confissão de fé: o Cristo pobre como medida do cosmos, o Pai misericordioso como medida do ser humano, o Espírito que inspira o *sensus fidei* do povo cristão, para que a "Igreja una" se dê à missão e não à autocomplacência.

Desta vez, ele fez valer o seu modo de ser diante de um clima opaco, onde crescem insatisfações dos interessados, convocando um **Ano Santo** extraordinário.

O instrumento escolhido não tem boa fama. O **Jubileu** ordinário da Igreja de Roma foi inventado por Bonifácio VIII para dar recursos e centralidade a um papado pomposo e completou o resgate da sua reputação só no ano 2000 quando inscreveu aquele "*mea culpa*" que, desde então, irrita como uma toxina os defensores do triunfalismo eclesiástico.

O **Jubileu** extraordinário é ainda pior. O primeiro, em 1390, devia dar espaço e dinheiro a um dos papas em disputa no **Cisma do Ocidente**. O segundo, o de 1423, foi celebrado por Martinho V, depois de o Concílio de Constança ter reunificado a Igreja, e não teve fins muito diferentes.

Os outros dois, no século XX, serviram para outra coisa: o de 1933, proclamado por Pio XI, quis marcar o retorno da Igreja ao espaço público depois dos Pactos Lateranenses; e, em 1983, João Paulo II também repetiu um Ano Santo da redenção, para recuperar visibilidade pública, cinco anos após o fim do papado montiniano.

O **Jubileu** extraordinário foi adotado por Francisco por outros motivos, que dizem respeito **ao Sínodo, ao Concílio e ao povo cristão**.

Ao escolher os bispos para o próximo Sínodo, muitas Conferências Episcopais votaram nos "homens da dureza". Com o **Ano Santo**, Francisco manda-lhes um aviso: **não é a miséria do povo cristão que pede descontos, mas é a própria natureza de Deus que pede misericórdia. E o povo peregrino fará vê-la**.

No 50º aniversário do fim do Vaticano II, volta a fazer-se sentir uma tendência a minimizar o Concílio ou a fazer-lhe um elogio. A quem o julga com essas categorias, Francisco oferece, com o **Jubileu**, uma **hermenêutica da Misericórdia**, que a Igreja, segundo as palavras inaugurais de Roncalli, usa como um medicamento que deve ser preferido às armas da severidade.

O **Jubileu**, por fim, é um **apelo ao povo cristão** (um tema da teologia de Lucio Gera) como portador do testemunho de fé aos pastores e com os pastores. Esse rio de peregrinos dirá, com a sua devoção, que o sentido deste papado não está na ilusão de que o antecessor hipoteque as suas escolhas, nas previsíveis resistências da máquina curial, na capacidade desta ou daquela voz de se "anexar" ao pontífice com o propósito da própria carreira.

Irá testemunhar, como dizia o Papa João XXIII, que **"não é o Evangelho que muda, somos nós que começamos a compreendê-lo melhor"**.